



# A cidade contemporânea é histórica: estudos morfológicos na era digital

Andréa da Rosa Sampaio<sup>a</sup>  e Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos<sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: andreasampaio@id.uff.br

<sup>b</sup> Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: guilemmm@hotmail.com

Submetido em 4 de julho de 2020. Aceito em 2 de outubro de 2020.  
<https://doi.org/10.47235/rmu.v8i2.166>

---

**Resumo.** O avanço dos recursos tecnológicos na era digital tem favorecido os estudos urbanos em termos de ferramentas e metodologias cada vez mais apuradas para a compreensão dos fenômenos contemporâneos, dentre elas as técnicas de geoprocessamento em plataformas SIG (Sistemas de Informação Geográfica). A ampliação desmesurada de informação para os estudos urbanos suscita uma reflexão sobre instrumentos metodológicos na era digital. Partindo do pressuposto que a cidade contemporânea é histórica, e portanto, um acúmulo materializado de idealizações passadas, busca-se evidenciar a relevância da análise morfológica e do instrumental da história urbana potencializado por tecnologias digitais, para a compreensão da cidade contemporânea em sua complexidade, reconhecendo sua historicidade, a partir de seu processo urbano. Para demonstrar o potencial da articulação entre a cartografia digital em plataforma SIG e as abordagens clássicas da morfologia urbana, adota-se como objeto empírico a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Selecionando casos de áreas tensionadas pelos vestígios de projetos realizados no século XX, reflete-se sobre as possibilidades da cartografia digital na decodificação do emaranhado de projetos e desígnios que deram origem ao palimpsesto urbano que estrutura a Área Central Carioca.

**Palavras-chave.** cartografia digital, projetos urbanísticos, morfologia urbana, Rio de Janeiro.

---

## Introdução

O inexorável avanço dos recursos tecnológicos na era digital tem favorecido exponencialmente os estudos urbanos em termos de ferramentas e metodologias cada vez mais apuradas para a compreensão dos fenômenos da cidade contemporânea, em sua complexidade de temas e escalas. Se por um lado novas ferramentas de análise e visualização de dados, formas, fluxos e redes, desenvolvidas a partir de modelos computacionais e cartografia digital propiciam estudos cada vez mais acurados, por outro,

demandam reflexões sobre os aspectos epistemológicos do tema.

Nesse sentido, a adoção das novas tecnologias para os estudos urbanos suscita uma reflexão sobre o seu potencial e seus limites, conforme precocemente alertado por Costa (2007) ao argumentar sobre os perigos da adoção das novas tecnologias de informação e comunicação para a análise urbana e, particularmente, devido à disponibilidade desmesurada de informação, próprias de um mundo sobremoderno<sup>1</sup>, quando apropriadas de modo meramente informacional. Segundo o arquiteto e pesquisador, a crescente capacidade de produzir e tratar a informação

demanda uma “capacidade de síntese sobre a disponibilidade ilimitada de informação, seja histórica ou geográfica, sob o risco de não produzir nem história nem geografia” (Costa, 2007, p.27). Portanto, o desafio crucial a ser enfrentado pelos investigadores é de sintetizar e dar sentido à informação, e não somente a capacidade de ordenação da profusão de dados.

Instigados por essas questões, e balizados pela compreensão de que “o estudo do conjunto da estrutura urbana só se concebe em sua dimensão histórica” (Panerai, 2006 [1999]), propõe-se uma reflexão sobre os estudos morfológicos na era digital, adotando-se como recorte o instrumental da história urbana potencializado por tecnologias digitais para a compreensão da cidade contemporânea em sua complexidade, reconhecendo sua historicidade, a partir de seu processo urbano. Busca-se contribuir para a reflexão sobre instrumentos metodológicos na era digital, desvelando as potencialidades dessas novas tecnologias nas investigações tradicionais sobre os processos de transformação das nossas cidades. Objetiva-se, sobretudo, evidenciar a relevância da análise morfológica articulada ao conhecimento histórico da área para a problematização da sua conjuntura atual, a partir de estudos empíricos na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.

Assume-se como premissa o argumento de Argan (1992 [1979], p.79), de que a cidade como um todo é histórica, considerando seu conjunto, antigo e moderno, como detentor de substância histórica. Para melhor elucidar os processos históricos que configuraram a cidade, adota-se uma abordagem metodológica centrada nos estudos de morfologia urbana, a partir da compreensão da configuração urbana contemporânea como uma amálgama dos resultados tangíveis de forças sociais e econômicas que incidem sobre o espaço físico ao longo do tempo.

Segundo Moudon (2015 [1997], p. 45), a dimensão histórica da cidade contemporânea é um dos princípios fundamentais extraídos da abordagem morfológica, uma vez que os elementos que compreendem a forma urbana sofrem uma contínua transformação e substituição. A materialização das transformações urbanísticas como sedimentação e sobreposição de formas no

espaço, pode ser interpretada metaforicamente como a escrita em um palimpsesto, conforme Conzen (2004 [1962] e Corboz (2004 [1983]), a seguir.

O conceito de historicidade apresentado por Conzen (2004 [1962], p. 50-51), em suas investigações nas cidades inglesas de meados do século XX, ainda se revelam pertinentes no cenário contemporâneo. Para o geógrafo alemão, o desenvolvimento urbano gera uma acumulação de formas históricas na paisagem na cidade, oriundas de distintos “períodos morfológicos”. Essa estratificação histórica produz uma imagem compósita e complexa, de peças pouco identificáveis em sua completude. Sobre os assentamentos urbanos originais, sobrepõem-se, ao longo do tempo, novas proposições – ou camadas – urbanísticas, “apagando parcialmente os registros de períodos precedentes”. A cidade torna-se, portanto, uma espécie de palimpsesto, no qual reconhece-se na sua configuração atual, os remanescentes urbanísticos de tempos passados.

De modo complementar, em reflexão sobre o território e os processos que moldam sua paisagem, Corboz (2004 [1983]) defende que sua compreensão considere sua ancestralidade, sobrecarregada com numerosos vestígios do passado. O autor também compara o território com um palimpsesto, continuamente apto a ser reescrito e salienta a importância da cartografia como instrumento de representação. Nesse sentido, compreender a estratificação de suas camadas históricas é uma estratégia metodológica para sua apropriação e para fundamentar novas intervenções. Nesta reflexão, recorre-se ao aporte da cartografia histórica como potente instrumento digital para escavar – e representar – as camadas antigas do território.

O emprego da cartografia nos estudos morfológicos, tanto em seu papel como fonte de investigação, quanto em sua capacidade como base de representação, está presente desde a gênese deste campo de pesquisas acerca dos processos de transformação da forma urbana. Abordagens clássicas como as de Conzen (1960) e Caniggia & Maffei (1995[1979]), debruçam-se sobre mapas e plantas cadastrais para evidenciar os processos que incidiam na composição dos

tecidos que estruturavam as cidades alvo de suas análises.

Na contemporaneidade, a cartografia tornou-se um dos suportes de representação gráfica mais impactados pela crescente informatização dos dados possibilitada pelas TIC – tecnologias da informação e comunicação. Os processos de urbanização e de transformação da forma urbana passam a ser representados no suporte cartográfico, em plataforma digital, de modo dinâmico e interativo, articulados a uma miríade de dados oriundos das mais variadas fontes, desde os levantamentos da administração pública até os mapeamentos colaborativos realizados através de *smartphones*. A profusão dos dados inseridos nos suportes cartográficos digitais, embora represente uma rica fonte de material, não garante a precisão de uma pesquisa cautelosa acerca dos fenômenos urbanos. Faz-se necessário um rigoroso processo de análise e síntese da informação, ancorada em um referencial metodológico que estruture a investigação.

O dinamismo intrínseco aos objetos de estudo da morfologia urbana – a cidade e sua forma, propicia sua representação em cartografia digital em plataformas SIG – Sistemas de Informação Geográfica, uma vez que estas potencializam análises em mapas interativos, em contraponto às consagradas representações estáticas das escolas morfológicas precursoras.

Tomando como referência as cartografias digitais constituídas por meio de técnicas de geoprocessamento, em plataformas SIG, sobressaem-se as ferramentas de georreferenciamento, que permitem a espacialização de dados matriciais como cadastros históricos e plantas de projetos urbanísticos, superpostas a uma única base cartográfica referencial. Favorece-se, portanto, a compreensão dos períodos morfológicos da cidade, a partir de uma leitura processual e temporal dos fragmentos de propostas urbanas, sejam estas executadas, incompletas, ou descartadas, que moldam a forma da cidade contemporânea.

A presente reflexão parte da fundamentação de conceitos-chave que norteiam as análises empíricas, particularmente a cartografia digital como ferramenta e suas aplicações na

Para demonstrar o potencial da articulação entre a cartografia digital em plataforma SIG e as abordagens clássicas da morfologia urbana, adota-se como objeto empírico a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, com foco nos fragmentos originados por projetos urbanísticos descontinuados ou nos vazios gerados por edificações demolidas. Foram selecionados casos de áreas tensionadas pelos vestígios de projetos realizados no século XX, para refletir sobre o potencial da cartografia digital na decodificação do emaranhado de projetos e desígnios que deram origem ao palimpsesto urbano que estrutura a Área Central Carioca.

A noção de processo urbano é da maior relevância como fio condutor da presente reflexão, a partir da concepção de que a cidade não é finita, nunca está completa, por mais perfeita que seja sua forma inicial (Kosfof, 1991, p.13). Kostof (1991) distingue o processo urbano em dois sentidos: o primeiro relaciona-se com as pessoas e instituições que produzem a forma urbana (quem desenhou, quais os agentes políticos, leis e planos reguladores); o segundo refere-se às mudanças físicas ao longo do tempo. Na presente investigação, o interesse recai na articulação de ambos os sentidos, sobretudo nos resultados formais dos processos e normativas no espaço.

Uma perspectiva histórica sobre o processo urbano de uma metrópole como o Rio de Janeiro abrange uma quantidade desmesurada de informações, tanto em termos de sua dimensão física, como em dimensões conceituais, particularmente no estudo de sua história. O contributo metodológico de Lepetit (2001, [1993]) é norteador, com sua abordagem de uma nova história urbana ao advogar que a pesquisa histórica reconstitui o passado a partir das questões do presente. O passado é, portanto, objeto de uma reconstrução sempre reiniciada e que contribui na problematização do presente. Esta abordagem não seguiria uma cronologia estanque, mas relativa aos pontos de vista analíticos e recortes temáticos relativos à micro-história.

investigação urbanística, para em seguida, desenvolver as análises morfológicas dos casos.

### **Análises morfológicas em cartografia digital: por uma arqueologia digital dos projetos urbanísticos**

As possibilidades da investigação urbanística histórica a partir da cartografia digital, em particular na plataforma SIG, suscita questionamentos de ordem metodológica, a fim de orientar os estudos, sem recair nos perigos de análises rasas frente à multiplicidade de dados inseridos nas novas plataformas tecnológicas. Defende-se que os estudos clássicos do campo da morfologia urbana, originalmente associados às cartografias tradicionais, podem contribuir efetivamente no desafio de desvendar os processos de transformação urbana na era digital, reconhecendo que a cidade contemporânea sempre será histórica: um fruto da sobreposição de planos materializados e desígnios inconclusos no suporte físico geográfico.

Ancorando nossa investigação em uma abordagem morfológica, é amplamente reconhecido nos estudos deste campo (Moudon, 2015 [1997], p. 45) uma leitura da forma estruturada em três elementos físicos fundamentais: os lotes urbanos e com seu uso do solo; os edifícios que assentam nestas parcelas urbanas; e a trama de vias e espaços públicos que acessam e margeiam estas edificações. Para Panerai (2006 [1999], p. 77-78), estes elementos configuram um tecido urbano, remetendo tanto à tecelagem, no referente à imbricação de linhas de uma fazenda, quanto à biologia, como uma pele, um conjunto de células integradas configurando um organismo vivo, dinâmico e em contínua transformação, que agrega em seu corpo marcas e cicatrizes ao longo de sua existência.

O mesmo autor afirma que o parcelamento do solo conserva tanto a “memória de estados anteriores do território”, quanto a “marca de antigos usos do solo” (Panerai, 2006 [1999], p. 89). Logo denota-se a importância do estudo do lote urbano, apesar deste ser uma demarcação abstrata que ganha materialidade no tecido urbano a partir das edificações. Em uma leitura em macro escala, que contempla a estrutura viária e os blocos edificadas, pouca atenção é conferida aos lotes urbanos, cujos distintos formatos e dimensões são provenientes dos sucessivos planos que

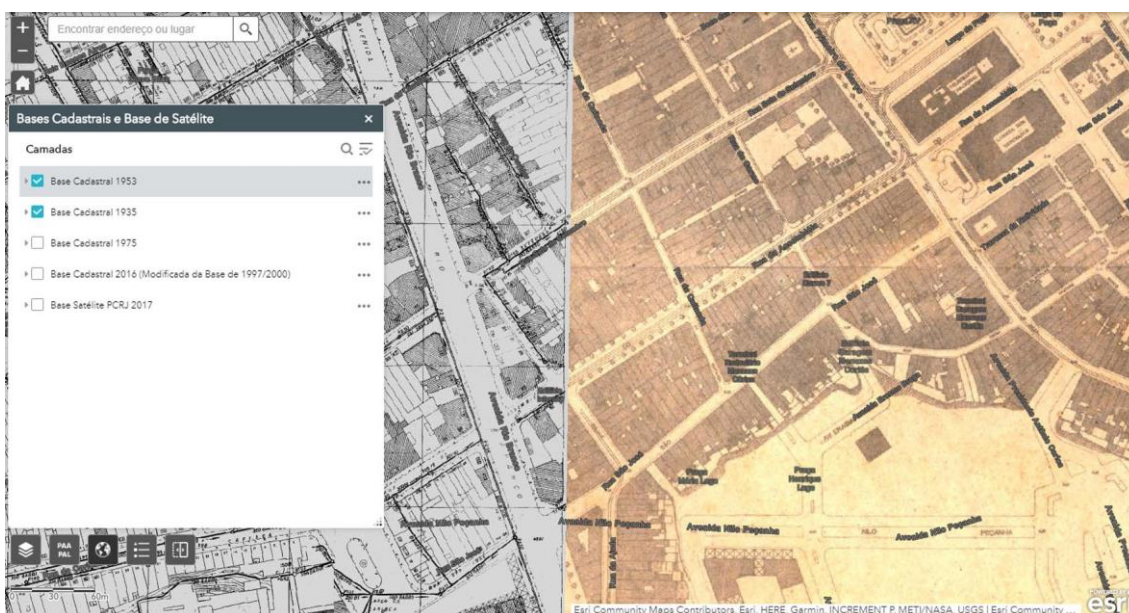
incidiram na estruturação da cidade em sua forma contemporânea. Reforça-se, portanto, outro importante postulado dos estudos morfológicos, tal como nos indica Moudon (2015 [1997], p. 45): a análise da forma urbana deve transitar entre resoluções ou dimensões de leitura, partindo da escala que destrincha a relação entre a parcela e o edifício, podendo ser ampliada até o estudo das grandes hierarquias viárias e núcleos urbanizados que estruturam a região. Nesta transição entre escalas, potencializada pelo SIG, enquanto as edificações emergem como vestígios visuais de projetos anteriores reconhecíveis na paisagem urbana, uma análise criteriosa do processo de decodificação do palimpsesto reside no estudo do parcelamento urbano – passado e presente – como uma radiografia da cidade, que permite identificar as origens dos componentes de sua tessitura, assim como dos sintomas que afetam a vitalidade urbana.

Edifícios cuja volumetria contrastam-se com as dimensões predominantes do conjunto edificado, assim como vazios urbanos em meio a conjuntos consolidados, nos fornecem pistas para decifrar o emaranhado de camadas históricas que se entrelaçam neste tecido da cidade, e que merecem ser alvo de intervenção futura. Cabe ao investigador realizar uma espécie de escavação arqueológica da forma urbana, a partir de um estudo comparado dos históricos projetos urbanísticos, sejam estes plenamente realizados, pontualmente executados, ou que até mesmo nunca tenham saído do papel. Essa arqueologia de proposições para cidade, é, na atualidade, facilitada por acervos públicos que fornecem as bases cartográficas desses projetos em plantas digitalizadas. Por outro lado, estes registros são díspares em sua representação, seja em escala, orientação, abrangência do espaço urbano desenhado, ou detalhe de informações, o que dificulta a sua equalização para estudos em uma análise tradicional. A cartografia digital, em plataforma SIG, surge como uma aliada nessa linha investigativa, em particular, no potencial destas ferramentas em relação à superposição de plantas em um único suporte de representação.

Com origens na década de 1970 (Camara e Davis, 2015), e com ampla difusão nas últimas duas décadas dentro das estruturas de gestão municipal das grandes cidades, os SIGs

- ou Sistemas de Informação Geográfica, são plataformas computacionais do campo do geoprocessamento, empregadas no “entendimento de fatos e fenômenos que ocorrem no espaço geográfico” (Pina e Santos, 2000, p. 14), e portanto, caras ao urbanismo e ao planejamento urbano. Na contemporaneidade, ela ganha extrema relevância em sua capacidade de agregar um substancial acervo de dados convencionais – desde levantamentos censitários a registros iconográficos – em um único banco informacional articulado a representações cartográficas em suporte digital. A plataforma

permite ao seu usuário uma interatividade na definição das categorias de dados a serem visualizados, inclusive com o cruzamento entre temas diferentes, gerando comparações e correlações por meio de métodos de modelagem cartográfica. Pereira e Silva (2011) destacam o potencial desta visualização como instrumento de auxílio ao entendimento de fenômenos, processos e estruturas espaciais, além da comunicação entre planejadores, técnicos, administradores, pesquisadores e cidadãos, facilitando significativamente as tarefas, a tramitação de processos e interlocução.



**Figura 1.** Bases Cadastrais Históricas anexadas à Plataforma SIG, em camadas superpostas. Visualização do Aplicativo da ArcGIS Online<sup>2</sup> elaborado pelos autores, disponível em: <http://atlasrio.maps.arcgis.com> (fonte das bases: IPP-RJ).

Para além da consolidação de dados acerca dos fenômenos sociais e econômicos que incidem na a cidade, a plataforma SIG demonstra-se como um instrumento altamente vantajoso na investigação morfológica, uma vez que grande parte do arcabouço de estudos deste campo recai em análises cartográficas (Panerai, 2006 [1999]; Caniggia e Maffei, 1995 [1979]; Conzen, 1960). Neste ponto, a principal ferramenta que a plataforma oferece para auxiliar na decodificação do palimpsesto urbano é o georreferenciamento de dados matriciais (ou imagens rasterizadas), como mapas históricos digitalizados, a uma base comum cartográfica. Definindo pontos em comum entre a representação urbana dos *rasters* (plantas digitalizadas), e o suporte geográfico da plataforma, as cartografias

anexadas ao banco de dados SIG são reorientadas e escalonadas, em camadas superpostas, podendo ser visualizadas ou ocultadas, uma a uma, para uma melhor compreensão dos processos de transformação urbana (Figura 01).

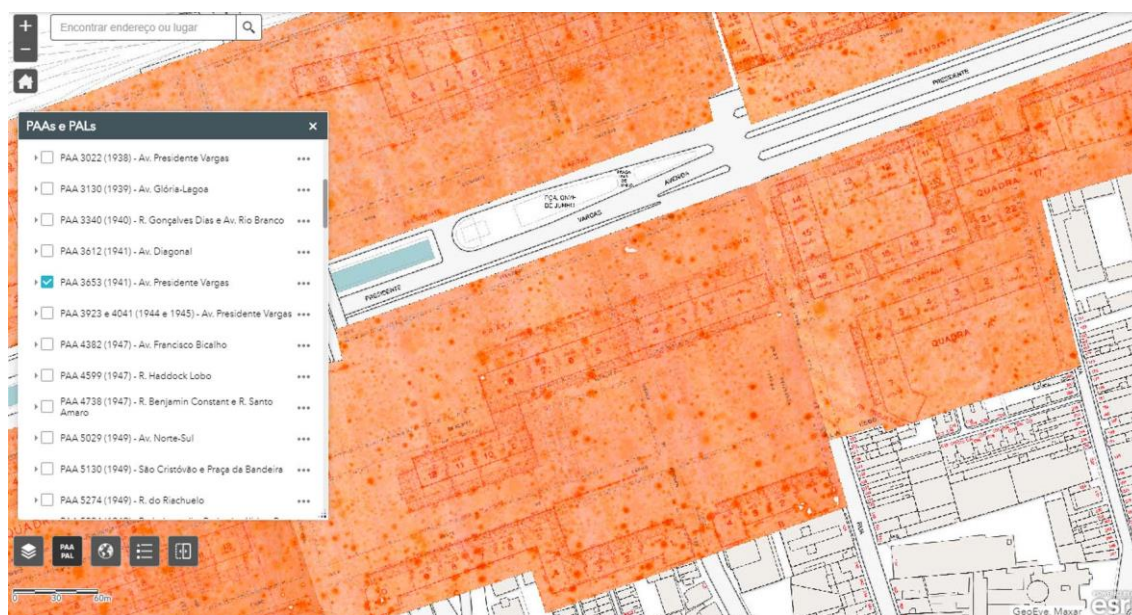
Duas ordens de material cartográfico devem estruturar esse processo aqui qualificado analogamente como arqueológico: plantas cadastrais históricas e projetos urbanísticos (Figuras 2 e 3)<sup>3</sup>. Os cadastros históricos são o registro da forma urbana materializada, indicando, em seus respectivos momentos de produção, a configuração contemporânea do parcelamento urbano, malha viária e conjuntos edificados. Uma leitura destes cadastros seguindo uma sequencial cronológica linear nos permite reconhecer o



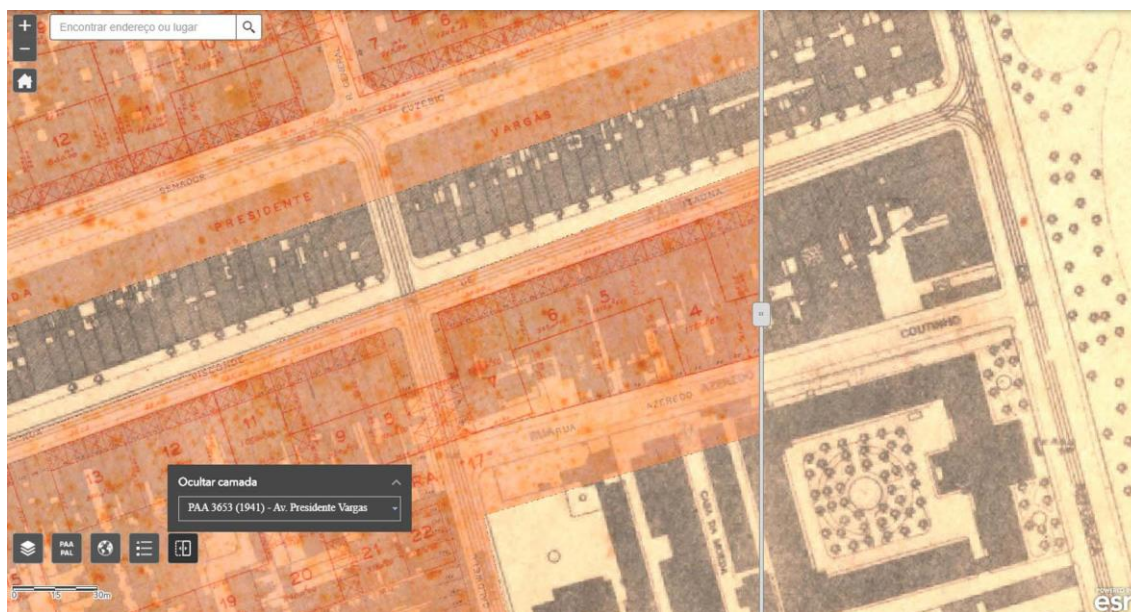
processo de transformação urbana que deu origem ao seu estado presente. Já os projetos urbanísticos, tais como planos de urbanização, e projetos de alinhamento e loteamento, nos informam das proposições para a cidade, e contribuem no reconhecimento das peças componentes do tecido contemporâneo. Quais elementos – sejam lotes, vias ou edifícios – que fazem parte da estruturação da cidade atual, são provenientes desta idealização urbana em particular?

Em neste contexto, destacam-se os projetos que foram abandonados ao longo de sua implementação, ou que nunca se materializaram por completo. Na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, adotada como recorte espacial para este método de arqueologia urbanística, estes fragmentos de proposições históricas abortadas ou incompletas são de sobremaneira impactantes

na sua forma urbana atual. As marcas dessas idealizações tornam-se “evidentes ou implícitas, mesmo quando as normas e projetos foram revogadas” (Sampaio, 2010) e vão muito além de um vestígio material. Um projeto que paira no ar sem sua concreta e/ou completa execução tende a gerar a decadência e degradação tanto das propriedades quanto do espaço público, e seus produtos residuais são evidências materiais de ideais, por vezes, danosos à estrutura urbana. Reforça-se, portanto, o potencial desta metodologia, de caráter histórico e processual, como um modo de não apenas compreender a configuração da cidade, como também de identificar problemas urbanos de ordem formal a serem contemplados no seu projeto de futuro. A seguir, demonstramos as possibilidades desta metodologia a partir de casos da Área Central Carioca.



**Figura 2.** Projetos Urbanísticos anexados à Plataforma SIG. O projeto da Av. Presidente Vargas, de 1941, na Área Central Carioca, georreferenciado, e superposto à uma base cartográfica atual, também anexada à Plataforma. Visualização do Aplicativo da ArcGIS Online elaborado pelos autores, disponível em: <http://atlasrio.maps.arcgis.com>. (fonte das bases: IPP-RJ e SMU-RJ).



**Figura 3.** Possibilidades de leitura morfológica na Plataforma SIG. O projeto da Av. Presidente Vargas, de 1941, na Área Central Carioca, superposto à base cadastral histórica de 1935. Ambos georreferenciados. Aumento da transparência do projeto e uso da ferramenta “oscilar”, a fim de visualizar o desenho dos lotes previstos juntamente ao tecido urbano existente em 1935.

Visualização do Aplicativo da ArcGIS Online elaborado pelos autores, disponível em: <http://atlasrio.maps.arcgis.com>. (fonte das bases: IPP-RJ e SMU-RJ).

### O palimpsesto da Área Central Carioca: leituras morfológicas em plataforma SIG

Para a realização desta leitura morfológica da Área Central Carioca, foram incorporadas, à plataforma SIG<sup>4</sup>, bases cartográficas de múltiplas procedências. No referente aos registros da forma urbana executada, foram anexadas, ao banco de dados, as bases cadastrais produzidas nos anos de 1935, 1953, 1975 e 1997, todas estas disponibilizadas pelo Setor de Cartografia do IPP – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Com relação aos projetos urbanísticos, foram coletados os PAA – Projetos Aprovados de Alinhamento e PAL – Projetos Aprovados de Loteamento no acervo da SMU-RJ – Secretaria Municipal de Urbanismo, destacados na obra de Reis (1977). Estes projetos, por sua vez, estão em sua maioria disponibilizados online no site do órgão<sup>5</sup>. Munidos deste material, a investigação procurou decifrar os processos de transformação que incidiram em alguns casos de desarticulação urbana evidentes na paisagem da Área Central Carioca, com base em reflexões anteriores (Mattos, 2018 e Sampaio, 2010). Serão discutidos a seguir, alguns dos vestígios, vazios e remanescentes de projetos inconclusos que estruturam esse

palimpsesto urbano que é a cidade do Rio de Janeiro (Figura 4).

### Rastros de Projetos Urbanísticos

O complexo de edifícios multifamiliar conhecido como “Balança-mas-não-cai”, representa um desses vestígios materiais de proposições urbanísticas incompletas, como a urbanização da Av. Presidente Vargas (Borde, 2016). Concebida em 1938, a partir de uma revisão das propostas do Plano Agache<sup>6</sup> para a então capital federal, ela ligava as imediações da Igreja da Candelária (outrora incrustada no conjunto edificado adjacente, ganhando posição de destaque isolada em meio as faixas da avenida proposta) à Praça da Bandeira (antigo Largo do Matadouro). Ao longo do seu eixo de 4,4 km de extensão e 80 m de largura, seriam arrasados os quarteirões entre as ruas General Câmara e São Pedro, até a Praça Onze de Junho, que seria igualmente demolida e substituída por um grande obelisco. Em 1941, enquanto as obras de abertura são executadas (Lima, 1990, p. 33), o PAA n° 3653/PAL n° 6980 detalha o loteamento do trecho final da avenida, ao longo do Canal do Mangue até as proximidades do Campo de Santana, com uma implantação similar ao dos *redents* modernistas: quadras abertas, com edifícios

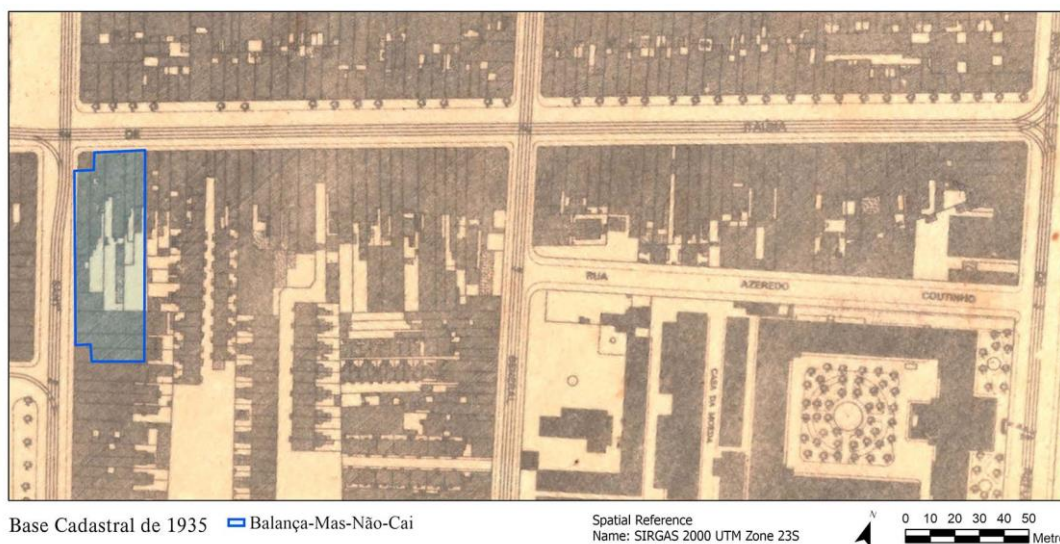


verticalizados de 22 pavimentos, e galerias de pedestres criando um recuo no térreo e sobreloja dos prédios. Este projeto seria

originalmente formado por um total de 14 folhas, posteriormente integradas a partir do georreferenciamento na plataforma SIG.



**Figura 4.** Vestígios e Projetos Urbanísticos na Área Central Carioca. Da esquerda para direita: o Balança-Mas-Não-Cai, a Rua do Verde, o eixo da Av. Norte-Sul, o Restaurante Albamar (Torreão do Mercado Municipal da Praça XV) e as recentes reformas no seu entorno (fonte: fotografias elaboradas pelos autores).



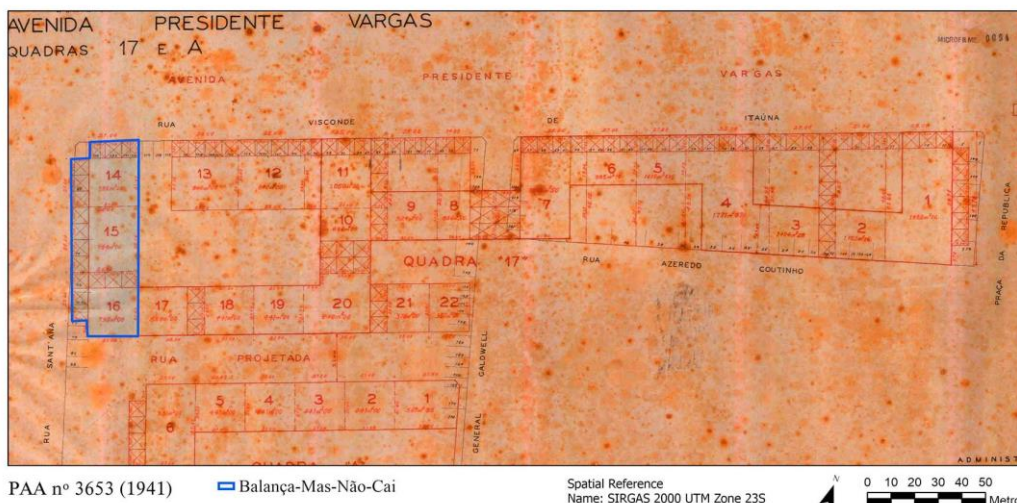
**Figura 5.** Base Cadastral de 1935. A projeção do Balança-Mas-Não-Cai no cadastro realizando antes do projeto da Av. Presidente Vargas (fonte: IPP-RJ).

O contraste entre a malha urbana existente (Figura 5), apresentada na base cadastral de 1935 (produzida a partir de voo de 1928 para elaboração do Plano Agache), e as proposições urbanísticas, detalhadas nos projetos de alinhamento e loteamento de 1941 (Figura 6), ficaram mais exacerbadas com o desvio dos investimentos imobiliários na década de 1950 para o bairro de Copacabana. Ao longo da década anterior, a Av. Presidente Vargas seria consolidada em seu trecho inicial, por edifícios destinados ao uso comercial, em particular, financeiro, nas proximidades com a Av. Rio Branco. Seu trecho final, contudo, permaneceu em *stasis*, sendo parcialmente retomado seu impulso com os projetos para a Cidade Nova

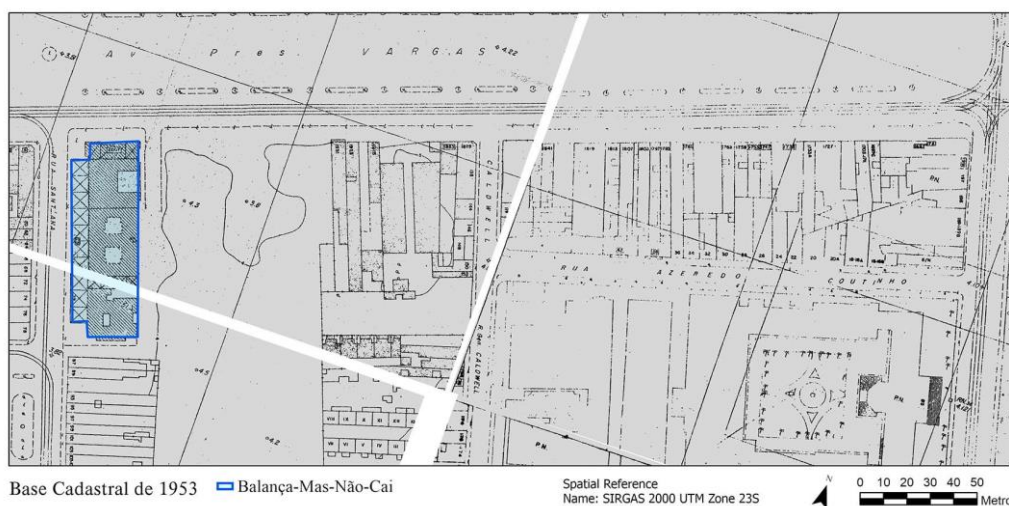
(merecedores de um estudo em separado, devido às inúmeras proposições urbanísticas para a área, desde as origens do seu plano de urbanização em 1967). Um vislumbre do que a Av. Presidente Vargas poderia ter sido emerge na paisagem urbana com os Edifícios Paulo de Frontin, Maipu e Onze de Junho.

Conforme verificado no cadastro de 1953 (Figura 7), esse conjunto, que ganhou o popular nome de “Balança-mas-não-cai”, já se encontrava construído, enquanto não existiam sinais dos demais lotes previstos pelo projeto de 1941. Os terrenos adjacentes aos edifícios, por sua vez, estavam arrasados, sem traços do modesto casario que compunha o tecido da área.

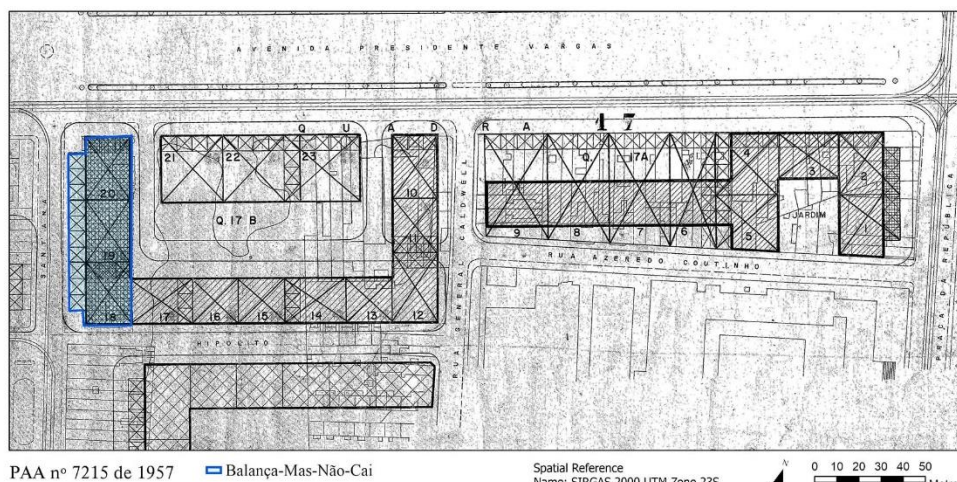




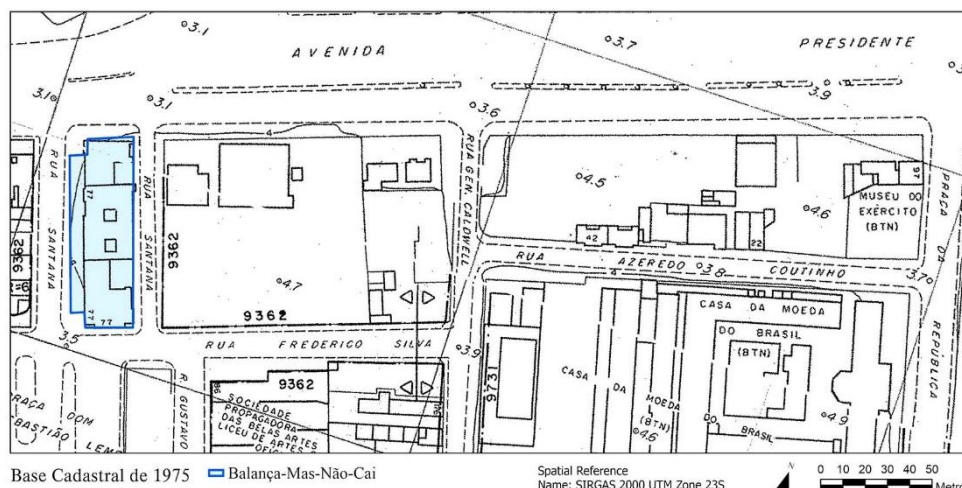
**Figura 6.** PAA nº 3653/PAL nº 6980 de 1941. A projeção do Balança-Mas-Não-Cai (lotes nº 14, 15 e 16 da Quadra 17) no projeto urbanístico da Av. Presidente Vargas.



**Figura 7.** Base Cadastral de 1953. O Balança-Mas-Não-Cai construído no registro da urbanização da Av. Presidente Vargas, em 1953 (fonte: IPP-RJ).



**Figura 8.** PAA nº 7215/PAL nº 6980 de 1957. A projeção do Balança-Mas-Não-Cai (lotes nº 18, 19 e 20 da Quadra 17-B) na revisão do projeto da Av. Presidente Vargas. O lote nº 4 da Quadra 17-A foi único edificado segundo essa proposta (Edifício Campo de Santana) (fonte: IPP-RJ).



**Figura 9.** Base Cadastral de 1975. O Balança-Mas-Não-Cai construído e os vazios adjacentes da Quadra 17 no cadastro de 1975, que seriam posteriormente ocupados pela Favela Anastácia e pelo Centro de Diagnósticos Rio Imagem (fonte: IPP-RJ).

Um novo projeto de alinhamento e loteamento datado de 1957 (Figura 8), apresenta um desmembramento da quadra em questão, uma a ligação entre a Av. Presidente Vargas e a Rua General Caldwell, não existente no projeto precedente. Persistiu, contudo, a insistência no padrão tipológico verticalizado em uma área sem demanda por ocupação. Dos 23 lotes previstos no projeto revisado para esta quadra do plano de urbanização da Av. Presidente Vargas, com exceção dos três já ocupados anteriormente do “Balança-Mas-Não-Cai”, apenas um seria posteriormente edificado: o Edifício Campo de Santana. O cadastro de 1975 (Figura 9) registra os vazios originados com essas proposições urbanísticas não concretizadas. Posteriormente, estes seriam ocupados pelo assentamento irregular

da Favela Anastácia, e mais recentemente, desde 2011, pelo edifício do Centro de Diagnóstico Rio Imagem.

Outro eixo viário de proposição concomitante à construção da Av. Presidente Vargas, seria o projeto da Av. Diagonal, elaborado em 1941 pelo arquiteto Saboya Ribeiro, como membro do corpo técnico da então Prefeitura do Distrito Federal. O projeto seria parte do plano de urbanização da Esplanada de Santo Antônio, resultante do desmonte do morro homônimo, previsto nas idealizações do Plano Agache. A nova avenida e seus lotes urbanizados, detalhados no PAA nº 3612 (anexo ao Decreto da PDF nº 7064 da 31 de julho de 1941), cruzariam obliquamente a grelha irregular que compunha o tecido



original da Área Central Carioca, propondo uma ocupação por edificações verticalizadas entre 7 a 22 pavimentos. Caso executada, a Av. Diagonal poderia ser considerada um exemplo de percurso de reestruturação, conforme os conceitos expostos por Caniggia e Maffei (1995 [1979], p. 91). A Diagonal seria um novo eixo viário que se superpunha ao tecido urbano consolidado articulando duas

polaridades não conectadas por percursos matrizes, no caso, o Passeio Público e o Campo de Santana. Contudo, diferentemente da Av. Presidente Vargas, os efeitos materiais da Diagonal foram irrisórios. Destaca-se, como vestígio isolado desta proposta, o Edifício Moraes Júnior, na esquina das ruas Regente Feijó e Buenos Aires (Figura 10).



PAA nº 3612 de 1941 sobreposto à Base de Cadastral de 1935

■ Edifício Moraes Júnior

Spatial Reference  
Name: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S

0 10 20 30 40 50  
Metros



Base de Cadastral de 1975

■ Edifício Moraes Júnior

Spatial Reference  
Name: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S

0 10 20 30 40 50  
Metros

**Figura 10.** PAA nº 3612 de 1941 e Bases Cadastrais de 1935 e 1975. Na esquerda, o projeto da Av. Diagonal sobreposto ao cadastro de 1935. Na direita, o cadastro de 1975, indicando o Edifício Moraes Júnior, único produto materializado da Av. Diagonal (fonte: à esq.: SMU-RJ; à dir.: IPP-RJ).

Na década de 1950, a proposição seria revista, realinhando o eixo da Avenida Diagonal, que não chegaria até o Campo de Santana, mas atravessaria em via elevada a Av. Presidente Vargas. Apesar de praticamente nunca construída, a sua possível realização teria resultados devastadores às atividades tradicionais dos conjuntos edificados que seriam afetados pela sua abertura. O projeto seria revogado em 1963, durante o governo de Carlos Lacerda, já com a cidade do Rio de Janeiro em sua condição política excepcional de Estado da Guanabara, frente à pressão dos comerciantes da área, organizados a partir da fundação da SAARA – a Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega.

A plataforma SIG foi fundamental para a análise das proposições da Av. Diagonal, uma vez que o projeto de 1941 consiste de pelo menos 28 folhas, sem indicativo de

orientação. Dessas, 22 folhas disponibilizadas no acervo da SMU-RJ foram georreferenciadas na plataforma SIG a partir da correspondência de pontos reconhecíveis do tecido urbano representados no projeto de alinhamento. A montagem resultante ilustra os impactos desse projeto na forma urbana da Área Central, arrasando consigo uma significativa parcela de bens edificados, hoje considerados patrimônio cultural.

Quando a Diagonal foi revogada em 1963, seria também interrompida, embora brevemente, outra proposição urbanística vinculada à urbanização da Esplanada de Santo Antônio. O plano de urbanização seria revisto em 1947 pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, e tinha como ponto central a abertura de outro percurso de reestruturação na Área Central: a Av. Norte-Sul. Ligando à Lapa à região portuária, a Norte-Sul tinha uma proposta muito mais ambiciosa que a



esquecida Diagonal, com tráfego lento separado do tráfego rápido em via elevada, gerando alças de acesso na Av. Presidente Vargas, e atravessando o Morro da Conceição por um túnel. Com a revogação da proposta na década de 1960, apenas o seu trecho na Esplanada de Santo Antônio, cujo morro já havia sido demolido, foi realizado, iniciando na Lapa e terminando na Rua da Carioca.

A proposta da Avenida Norte-Sul foi retomada em 1970, conforme verificado no PAA nº 8944 (Figura 11), dando continuidade

ao eixo viário que terminava na Rua da Carioca, e indo em direção a Região Portuária, dessa vez inflexionando-se para a esquerda, e arrasando os quarteirões ladeados pelas ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix. Os estragos, portanto, seriam inclusive maiores ao tecido da Área Central, mas a Norte-Sul foi definitivamente encerrada pelas ações municipais de salvaguarda de conjuntos históricos, iniciadas pelo projeto de Corredor Cultural em 1979, que reconheceu os quarteirões do seu entorno como merecedores de preservação ambiental.



PAA nº 8944 de 1970 (Av. Norte-Sul)

— Rua do Verde

Spatial Reference  
Name: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S

0 5 10 15 20 25  
Metros



Base Cadastral (2016, alterada com base no cadastro de 1997)

— Rua do Verde

Spatial Reference  
Name: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S

0 5 10 15 20 25  
Metros

**Figura 11.** PAA nº 8944 de 1940 e Base Cadastral de 2016, elaborada a partir de cadastro de 1997. Na esquerda, o projeto da Av. Norte-Sul, e as demolições previstas pela abertura da Avenida. Na direita, o cadastro contemporâneo, registrando a edificação da Rua do Verde (fonte: à esq.: SMU-RJ; à dir.: IPP-RJ).

Mas tal como os casos precedentes, as inconclusões geram marcas no tecido urbano, conforme verificamos a partir das superposições destes projetos urbanísticos na plataforma SIG. Na década de 1970, seguindo as proposições do projeto de alinhamento vigente, deveriam ser removidos os imóveis de número 56 a 68 da Rua da Carioca, permitindo que a Norte-Sul se estendesse para além do trecho já executado previamente, com uma largura de 40 metros de fachada a fachada para seus novos lotes urbanizados. Foram efetivamente desapropriados e demolidos os imóveis de número 58 e 60, assim como os correspondentes a estes na Rua Sete de Setembro. Na década de 1980, com a revogação da Norte-Sul e as proposições de

preservação do Corredor Cultural, o vazio gerado com as demolições deu origem a um lote ocioso, alvo de proposições por órgãos da estrutura municipal.

Segundo o Decreto Municipal nº 5853 de 1986, o lote seria apropriado como uma feira para venda de flores. Em um dos projetos, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a partir de proposta da AFERJ – Associação dos Floricultores do Estado do Rio de Janeiro, o vazio seria ocupado por um eixo de circulação entre as Ruas da Carioca e Sete de Setembro, denominada a Rua do Verde, ladeada por boxes de floricultura, com telhados tradicionais. Completando as fachadas das Rua da Carioca e Sete de Setembro, foram

edificados volumes seguindo uma linguagem arquitetônica contemporânea (Figura 4), o que evidencia essa cicatriz resultante da cirurgia urbana inconclusa da Norte-Sul.

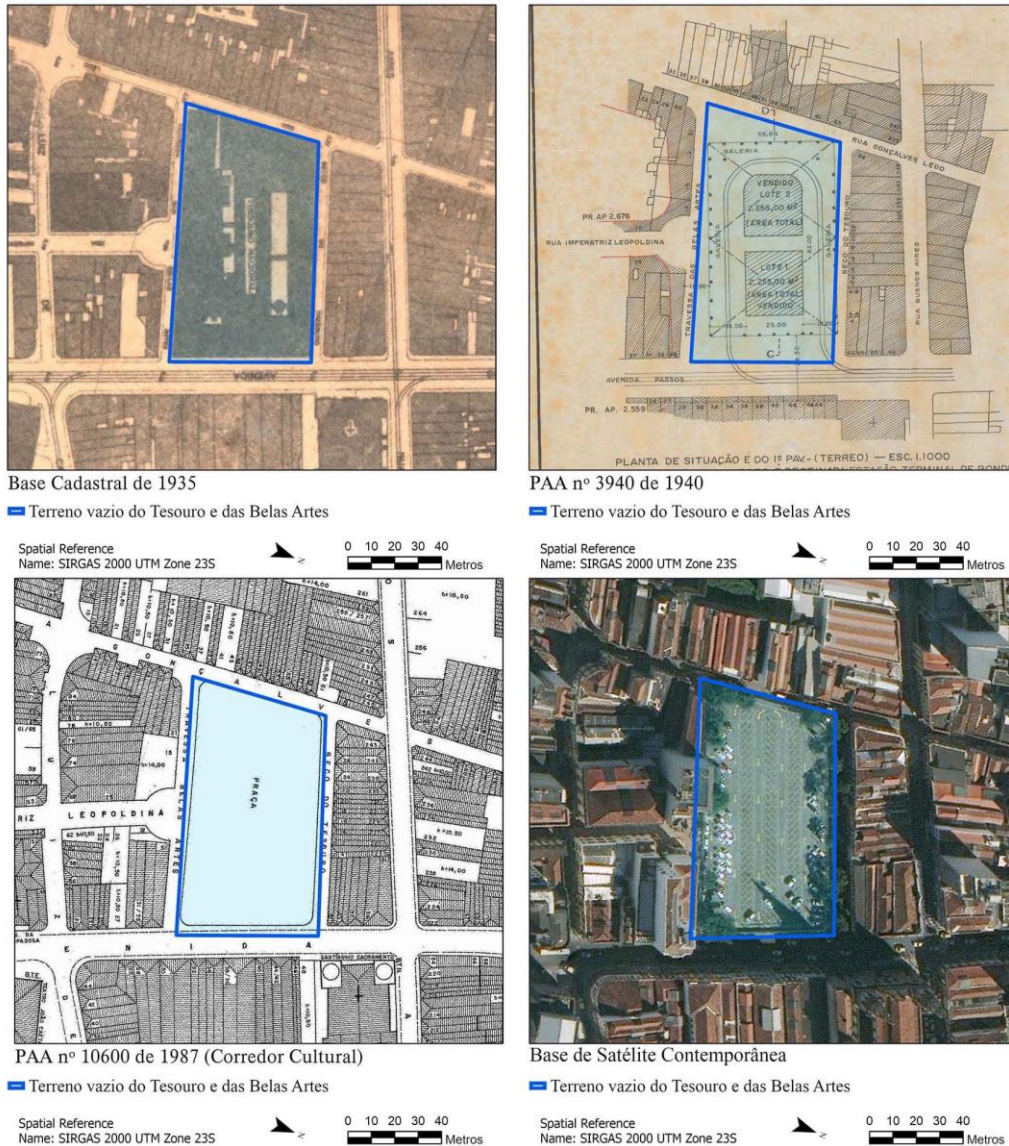
#### *Vestígios e vazios remanescentes de edificações demolidas*

Próximo de onde seria aberta a Av. Diagonal, destaca-se um vazio remanescente de edificações demolidas. No terreno do antigo prédio da Escola Real de Artes e Ofícios, precursora da Academia Imperial de Belas Artes, estão os vestígios das origens do ensino da arquitetura e urbanismo no Brasil. O edifício neoclássico projetado por Grandjean de Montigny, inaugurado em 1826 (Rocha-Peixoto, 2000) e parcialmente ocupado pelo Tesouro Nacional ainda no século XIX, encontra-se registrado na cadastral de 1935 (Figura 12), em seus anos finais de existência. Na década de 1930, o pórtico do edifício foi transferido para o Jardim Botânico, e o restante do prédio demolido frente às crescentes pressões por modernização da cidade, gerando um vazio urbano, que perdura na contemporaneidade. Desde então, figuram inúmeras proposições para o terreno, seja como: edifício comercial (1940, Figura 12), sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (1949), ou terminal rodoviário (1975).

Estas propostas, contudo, foram infrutíferas, e nos projetos que representam as proposições

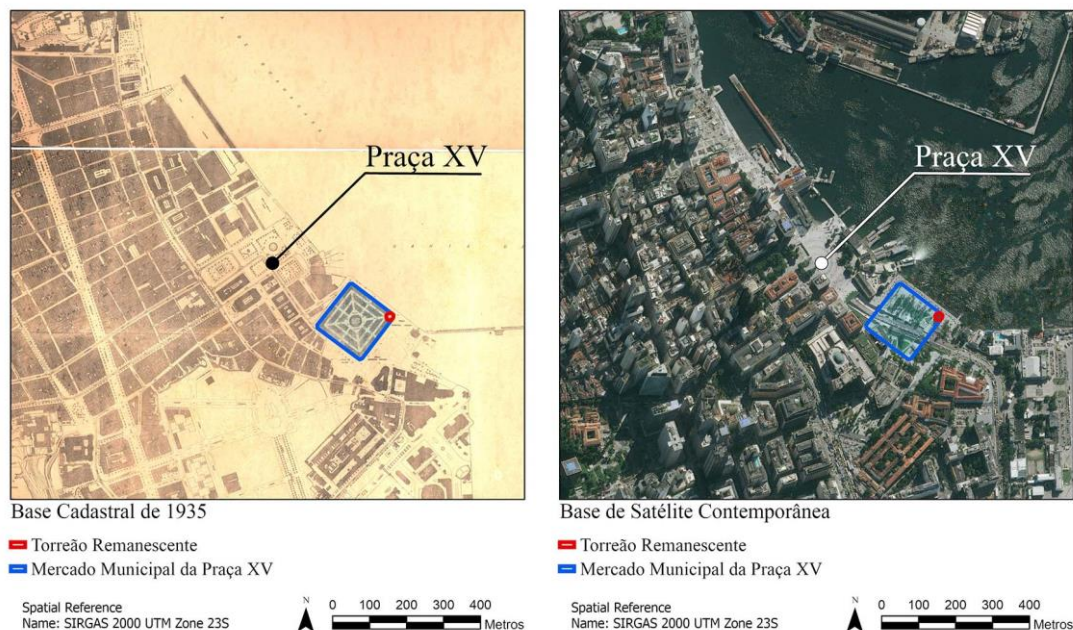
do Corredor Cultural na década de 1980 (Figura 12), o terreno é indicado para ser usado como Praça Pública. Porém, esse uso nunca foi efetivado, e o vazio é utilizado como estacionamento rotativo privado. Recentemente, em decorrência de reformas na pavimentação da Travessa das Belas Artes, um painel foi colocado de frente para a Rua Imperatriz Leopoldina, com um desenho da fachada da antiga Academia de Grandjean de Montigny. Estabeleceu-se uma cenografia que nada esconde a perversa realidade de muitos lotes imersos em áreas de interesse patrimonial, fadados à subutilização, e consequente degradação do espaço público.

Finalizando esta arqueologia dos projetos urbanísticos da Área Central Carioca, destacamos o caso do antigo Mercado Municipal da Praça XV. Proposto no âmbito das reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Francisco Pereira Passos, e inaugurado em 1908, o Mercado Municipal da Praça XV seguia a mesma tipologia construtiva empregada no projeto do *Les Halles* em Paris, no século XIX, com peças de produção industrial em estrutura metálica de ferro e panos de vidro<sup>7</sup>. O Mercado é facilmente identificado ao longo da orla da Praça XV de Novembro, na base cadastral de 1935 (Figuras 13 e 14), contudo foi alvo do furor rodoviário que assolou a cidade do Rio de Janeiro nos meados do século XX.



**Figura 12.** Base Cadastral de 1935 (fonte: IPP-RJ), PAAs nº 3940 de 1940 e 10600 de 1987 (fonte: SMU-RJ) e Base de Satélite Contemporânea (fonte: ESRI/ArcGIS). Na esquerda (acima), os antigos edifícios da Academia de Belas Artes e do Tesouro Nacional, registrados no cadastro de 1935. Na direita (acima), o projeto de 1940, para ocupação do vazio originado com a demolição dos edifícios. Na década de 1980, o projeto do Corredor Cultural (esquerda, abaixo) estabelece o uso do terreno como Praça Pública, algo que também não seria implementado. Na contemporaneidade (direita, abaixo), o vazio é utilizado como estacionamento de veículos.



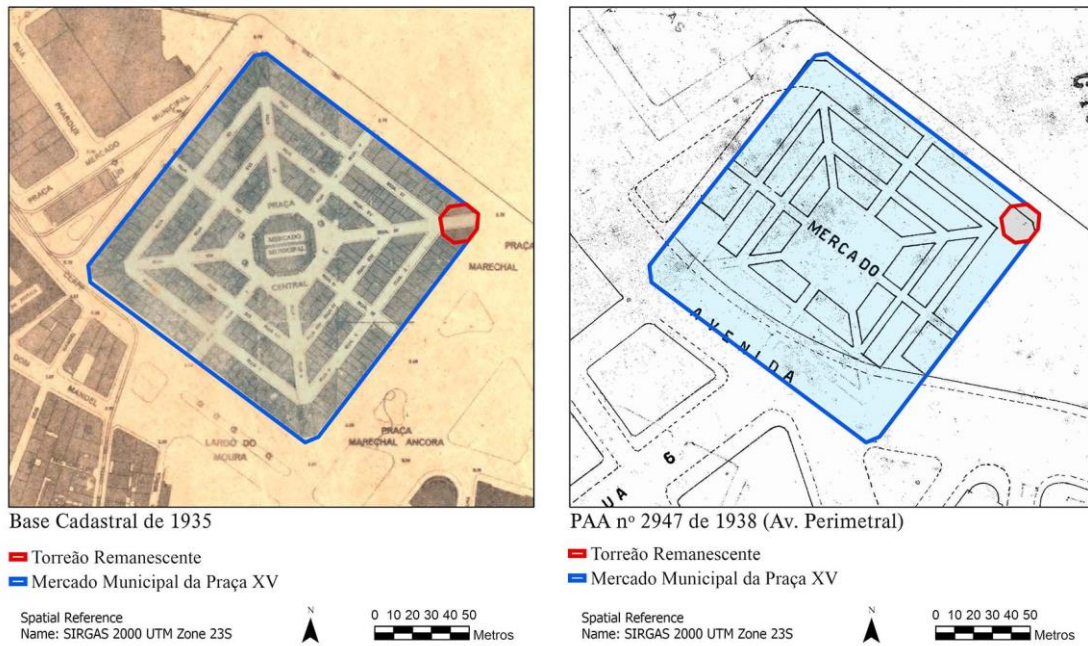


**Figura 13.** Base Cadastral de 1935 e Base de Satélite Contemporânea. Localização do Mercado Municipal, e seu torreão remanescente, em relação à Praça XV de Novembro. Na planta de 1935, é visível o vazio da demolição do Morro do Castelo (fonte: à esq.: IPP-RJ; à dir.: ESRI/ArcGIS).

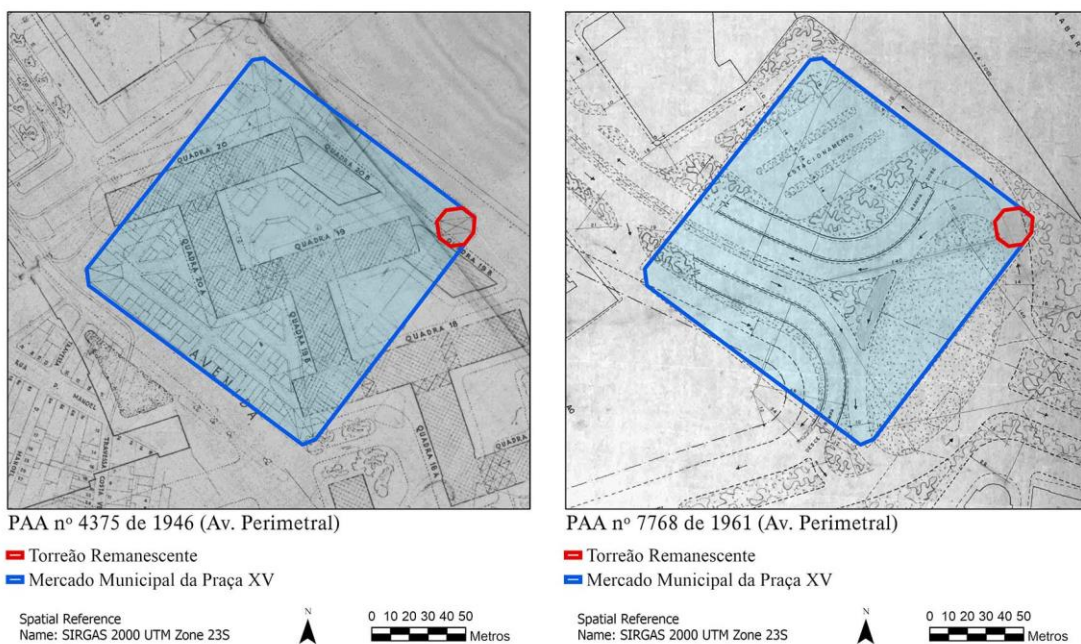
O Mercado testemunhou a drástica remodelação de seu entorno a partir da demolição do Morro do Castelo e da implantação da Exposição do Centenário da Independência em 1922, da qual fez parte, na ala Nacional<sup>8</sup>. Em 1938, o PAA nº 2497 (Figura 14) apresenta as propostas da Avenida Perimetral, via expressa que ligaria a Av. Beira-Mar nas proximidades do recém inaugurado Aeroporto Santos Dumont, à Praça Mauá, atravessando a Praça XV de Novembro, e paralela à velha frente marítima da cidade. Parte do Mercado da Praça XV encontrava-se na rota de colisão com a Perimetral, porém como evidente no projeto, mais da metade da estrutura poderia ter sido preservada. Mas esta não era a ideia, uma vez que no mesmo ano o arquiteto Affonso Eduardo Reidy elabora um plano de urbanização para a Esplanada do Castelo (vazio conquistado com o desmonte do morro homônimo na década precedente), seguindo a lógica da urbanística moderna de blocos em *redent*, tal como visto em partes da Av. Presidente Vargas. A proposição foi revista na década seguinte, com um novo projeto de 1946 (Figura 15), que registrou a urbanização

prevista nas imediações da Av. Perimetral, e no qual lotes urbanizados aparecem superpostos ao desenho do Mercado Municipal.

Na década de 1960, as idealizações começam a se concretizar com o início das demolições do Mercado e abertura da Avenida Perimetral. Imagens da época registram a simultaneidade das ações, com parte da estrutura do Mercado ainda de pé, margeadas pela via expressa elevada em construção. Uma revisão do projeto de 1961 (Figura 15) traz novas proposições para o vazio do Mercado: um estacionamento de veículos, emoldurado por paisagismo. Mas nem tudo fora destruído, um dos seus torreões, ocupado pelo Restaurante Albamar, foi poupado da destruição, conforme verificado em PAA de 1970 (Figura 16). Em 1979, esse vestígio material remanescente foi tombado pelo órgão de tutela estadual, o INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. O vazio da demolição, contudo, ganhou o uso previsto em 1961, gerando mais um terreno subutilizado na paisagem urbana da Área Central do Rio de Janeiro.

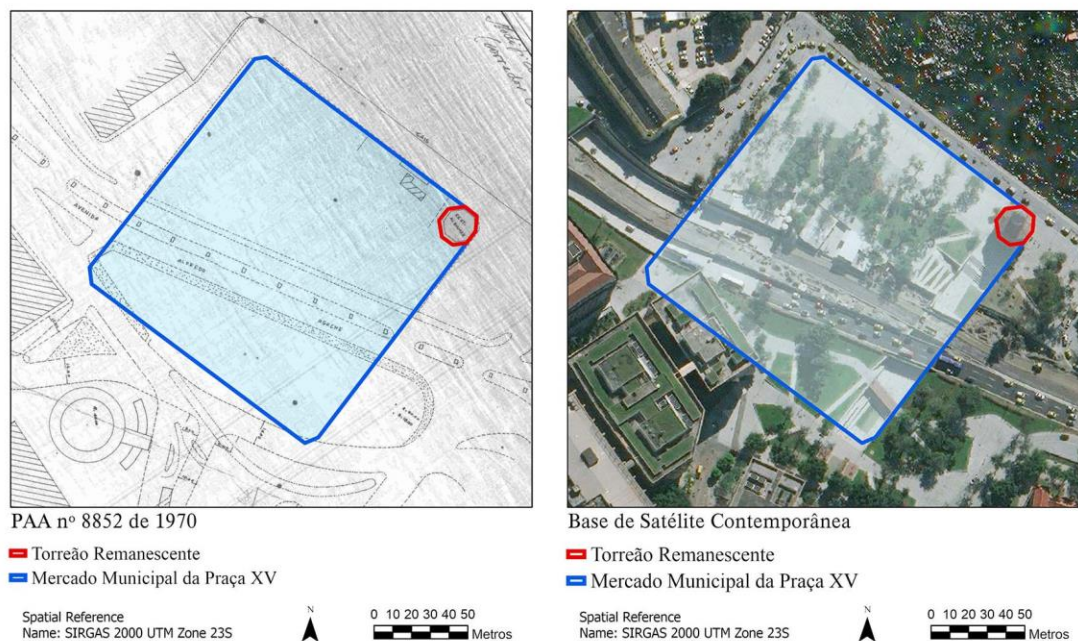


**Figura 14.** Base Cadastral de 1935 e PAA nº 2947 de 1938. Na esquerda, o Mercado Municipal da Praça XV registrado no cadastro de 1935. Na direita, o projeto da Av. Perimetral passando por cima de parte da estrutura do Mercado (fonte: à esq.: IPP-RJ; à dir.: SMU-RJ).



**Figura 15.** PAA nº 4375/PAL nº 11625 de 1946 e PAA nº 7768 de 1961. Na esquerda, a proposta de urbanização da Esplanada do Castelo. Na direita, o estacionamento proposto pelo PAA de 1961 (fonte: SMU-RJ).





**Figura 16.** PAA n° 8852 de 1970 e Base de Satélite Contemporânea (fonte: ESRI/ArcGIS). Na esquerda, o vazio do Mercado demolido, e o torreão remanescente. Na direita, o resultado da reforma urbana empreendida nos últimos anos para realização dos Jogos Olímpicos de 2016, com a demolição da Perimetral e abertura do Túnel Marcello Alencar (fonte: SMU-RJ).

Na contemporaneidade, com as reformas urbanas empreendidas no contexto da realização dos Jogos Olímpicos, foi a vez da Avenida Perimetral ser demolida, abrindo lugar para uma esplanada para pedestres margeando a Baía de Guanabara – a Orla Conde, conectando a Praça XV ao Boulevard Olímpico, na remodelada Praça Mauá (Figura 16). O fluxo de automóveis foi direcionado para uma nova via expressa subterrânea – túnel Marcelo Alencar, cujo acesso situa-se junto ao espaço livre deixado pelo Mercado, que durante anos serviu de estacionamento. Com as obras Olímpicas, esta área recebeu um tratamento paisagístico sem expressão e foi criada uma passarela rebaixada (Figura 4, direita) ligando à área conhecida como Castelo, onde ficava o morro homônimo, na qual situam-se edifícios institucionais e o Tribunal de Justiça. Pode-se acrescentar aos inúmeros questionamentos da sociedade e de urbanistas em relação a esta vultuosa obra viária, a perda de uma oportunidade ímpar de ressignificação da área com a possibilidade de agenciamento paisagístico dos remanescentes dos alicerces do antigo Mercado demolido. Apesar de ser notória a prévia existência do Mercado para os órgãos envolvidos na reurbanização da área, o ritmo acelerado empreendido na aprovação dos projetos

desconsiderou impactos diversos, resultando num projeto de praça sem identidade e na persistência da subutilização desse espaço público. Este caso serve de alerta para a inconsistência da pesquisa histórica em projetos de espaços públicos, o que é absolutamente crítico em se tratando de um lugar detentor de tão rica memória, cujos poucos vestígios mereceriam ser requalificados.

### Considerações finais

O processo urbano atuou como um fio condutor da discussão aqui empreendida sobre estudos morfológicos potencializados pela cartografia digital, particularmente em plataforma de geoprocessamento. Foram estudados casos empíricos na área central do Rio de Janeiro, que demarcaram os desígnios da abstração projetual em contraste com a materialidade do espaço urbano, caracterizando conflitos e fragmentos que perduram na atualidade. Buscou-se sublinhar a relevância da compreensão da estratificação das camadas históricas do espaço urbano como uma estratégia metodológica para sua problematização na atualidade.

A digitalização de acervos documentais vem propiciando acesso à documentação que jazia



em acervos físicos pouco acessíveis aos pesquisadores. Por meio da arqueologia digital de projetos urbanísticos foram desveladas proposições que parecem inconcebíveis atualmente, diante de sua magnitude e ímpeto renovador, que teria arrasado completamente a tradicional configuração espacial da Área Central Carioca, hoje em grande parte protegida por APACs – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural. Pode-se inferir que, caso tais propostas urbanísticas fossem formuladas na atualidade, provavelmente a Academia Imperial de Belas Artes e o Mercado Municipal estariam protegidos como patrimônio cultural ou dificilmente seriam demolidos.

O conjunto de casos discutidos sintetiza os paradigmas de urbanismo e a noção de patrimônio cultural vigentes no século XX na cidade do Rio de Janeiro e, analogamente, no país, sendo predominante, no período estudado, o projeto de cidade moderna, à custa da renovação da cidade existente e de seu patrimônio cultural urbano não monumental.

Espera-se que a presente abordagem venha contribuir para ampliar a discussão sobre ferramentas analíticas para estudos urbanos, no contexto da era digital, em particular no referente à pesquisa histórica e sua relevância para a compreensão da forma urbana no presente. Em meio aos debates acerca das ferramentas tecnológicas, como as de geoprocessamento, e dos estudos empreendidos acerca destas inovações no âmbito da cidade e sua gestão (Medeiros Junior e Além, 2017), são escassas as interfaces com a morfologia, história e patrimônio urbano. Buscamos com este trabalho elucidar as potencialidades dessa articulação, introduzindo um possível caminho metodológico nesta empreitada: um convite para que outros investigadores da história urbana também se debruçam sobre estas novas possibilidades da era digital, em contraponto às abordagens convencionais.

Nesse sentido, finalizamos com uma provocação: a denominada revolução dos dados concernentes à cidade poderia perpassar pelo potencial de inovação do processamento de dados históricos – particularmente a iconografia, cartografia e projetos urbanísticos

– articulando dados analógicos e digitais em estudos urbanos, levando a uma tomada de consciência sobre a historicidade como um ativo da cidade contemporânea.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ – JCNE) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – PNPd).

### Notas

<sup>1</sup> Costa (2007) refere-se ao conceito de sobremodernidade de Marc Augé (1994), num contexto de quantidade imensurável de informações sobre o espaço, e redução das distâncias por meio de sistemas de comunicação. Augé, M. (1994). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.

<sup>2</sup> O confronto entre bases cadastrais históricas e projetos urbanísticos que incidiram na estruturação da Área Central Carioca podem ser melhor visualizados no aplicativo web “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro” desenvolvido pelos autores, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF). O aplicativo está disponível para consulta no link: <http://atlasrio.maps.arcgis.com>.

<sup>3</sup> É pertinente salientar que a superposição destes mapas históricos não é realizada sem distorções. Considerando o lapso de tempo existente entre os seus momentos de produção, os levantamentos deram origem a registros em papel em variadas projeções cartográficas, sendo apenas as mais recentes devidamente informadas. A estas distorções, agregam-se também desvios oriundos do processo de digitalização, por vezes realizadas através de meios fotográficos. O processo no estudo aqui desenvolvido, portanto, não almeja uma fidedigna representação, mas sim procura facilitar a compreensão das propostas urbanísticas sobrepostas aos tecidos concretizados, considerando à representação dispersa e diversa das primeiras, com plantas de produção fragmentária em uma pluralidade de escalas e orientações. A plataforma SIG, portanto, permite uma equiparação destas bases cartográficas, ainda que com deformações.

<sup>4</sup> O ArcGIS Pro, desenvolvido pela ESRI, foi adotado como software em plataforma SIG para georreferenciamento das bases cartográficas, e

produção do material gráfico que ilustra este artigo.

<sup>5</sup> Disponível em:

<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>.

<sup>6</sup> Elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache a partir de 1927 e revogado pela Revolução de 1930.

<sup>7</sup> Vide França, C. R. (2011). *Desaparecimento de um mercado e permanência de uma feira: estudo de suas conseqüentes expressões no espaço urbano das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador*.

Dissertação de Mestrado, PPGAU, Universidade Federal Fluminense; Vide França, C. R.; Rezende, Vera. O desaparecimento do Mercado Municipal

## Referências

Argan, G. C. (1992) *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes.

Borde, A. de L. P. (2016) Avenida Presidente Vargas: narrativas históricas. Em: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. (10), 109-132. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/avenida-presidente-vargas-narrativas-historicas/> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Camara, G. e Davis, C. (2015) Introdução. Em: Camara, G., Davis, C. e Monteiro, A. M. *Introdução à Geoinformática*. São José dos Campos, INPE. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Caniggia, G. e Maffei, G. L. (1995) *Tipologia de la Edificación: Estructura Del Espacio Antropico*. Madrid, Celeste Ediciones.

Conzen, M.R.G. (2004) Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. *Transactions and Papers (Institute of British Geographers)*, (27). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/621094> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Conzen, M. R. G. (2004) Urban Morphology: A Geographical Approach. Em: Conzen, M. R. G. *Thinking about urban form: papers on urban morphology 1932–1998*. Oxford, Peter Lang, pp. 47-59.

Corboz, A. (2004). El Territorio como Palimpsesto. Em: Ramos, A.M. *Lo Urbano en 20 autores Contemporáneos*. Barcelona, ETSAB Edicions UPC, pp. 25-34.

Costa, F. de A. da (2007) Atlas Histórico de Cidades: a cidade como objetivo de investigação. *Cadernos PPG-AU/UFBA*. 6(4), 19-29. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/v>

Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. *Anais do I ENANPARQ 2010*. Disponível em:

<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

<sup>8</sup> Vide Ribeiro, Fde A. (2014). *A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, PPGAU, Universidade Federal Fluminense.

[iew/2633/1864](http://www.uanparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf) [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Kostof, S. (1991) *The city shaped: urban patterns and meanings through history*. Londres, Thames and Hudson Ltd.

Lepetit, B. (2001) *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo, EdUSP.

Lima, E. F. W. de. (1990) *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro, PCRJ, 1990.

Mattos, G. M. M. de (2018) *Leituras de um passado, desenhos de um futuro: a preservação do patrimônio cultural edificado na Área Central do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/877484.pdf> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Medeiros Junior, H. e Alem, A. R. (2017) Sistema municipal de informações urbanas-SIURB: uma alternativa de gestão de informações para o planejamento urbano. *Coleção Estudos Cariocas, Rio de Janeiro*. 17 (20170701), 1-10. Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3489\\_SIURB.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3489_SIURB.pdf) [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Moudon, A. V. (2015) Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*. 3(1), 41-49. Disponível em: [http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/download\\_file/view/238/](http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/download_file/view/238/) [Consultado em: 01 de junho de 2020].

Panerai, P. (2006) *Análise Urbana*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Pereira, G. C. e Silva, B. (2011) Geoprocessamento e Urbanismo. Em: Gerardi, L. H. de O. e Mendes, I. A. *Teoria, técnicas, espaços e atividades: temas da Geografia Contemporânea*. Rio Claro, Programa de pós-Graduação em Geografia, pp. 97-138.

- Pina, M. de F. e Santos, S. M. (2000) *Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia aplicados à saúde*. Brasília, OPAS.
- Reis, J. de O. (1977) *O Rio de Janeiro e Seus Prefeitos*. 4 volumes. Rio de Janeiro, PCRJ.
- Rocha-Peixoto, G. (2000) Introdução ao Neoclassicismo na Arquitetura do Rio de Janeiro. Em: Czajkowski, J. (Org.). *Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/Prefeitura do Rio de Janeiro, pp. 25-40.
- Sampaio, A. da R (2010). No Rastro dos Antigos Traçados: Normas Urbanísticas e Patrimoniais configurando a Área Urbana Central Carioca. Em: Machado, D. P. et al. (org.) *I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Anais. Rio de Janeiro, PROURB. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvdenanparq/simposios/195/195-699-2-SP.pdf> [Consultado em: 01 de junho de 2020].

### Tradução do título, resumo e palavras-chave

*The contemporary city is historic: morphological studies in the digital age*

**Abstract.** *The progress of technology in the digital age has favoured urban studies, as it has generated increasingly refined tools and methods in the comprehension of urban phenomena, such as geoprocessing techniques in GIS (Geographic Information System) platforms. The excessive and unmeasured expansion of information in urban studies elicits reflections on methodological instruments in the digital age. Based on the assumption that the contemporary city is historic, and therefore, a material accumulation of past idealisations, we aim to highlight the relevance of associating morphological analysis and the theoretical framework of urban history with digital cartography, as a means to understand the contemporary city in its complexity, recognizing its historicity through its urban process. To demonstrate the potential in associating digital cartography in GIS platform with the classic approaches in urban morphology, the city of Rio de Janeiro's Central Area was chosen as an empirical object of study, selecting cases that accentuate the traces of incomplete propositions of the last century, in order to reflect on the possibilities of digital age cartography in decoding the tangled desires that brought about the palimpsest that structures this part of the city.*

**Keywords:** *digital cartography, urban projects, urban morphology, Rio de Janeiro.*

Editor responsável pela submissão: Julio Celso Borello Vargas.  
Licenciado sob uma licença Creative Commons.

